

PRÁTICAS EDUCACIONAIS SIGNIFICATIVAS: A EDUCAÇÃO AMBIENTAL DESENVOLVIDA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Gicele Santos da Silva¹

¹ (👤) Docente Superior e Pesquisadora. UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul-RS; UFSM – Universidade Federal de Santa Maria-RS; UNINTER – Centro Universitário Internacional-PR. UNIDERP – Universidade Anhanguera, Porto Alegre-RS; UNITRI – Centro Universitário do Triângulo Mineiro-MG. Diversas Graduações (7) e Pós-Graduações (15). Mestranda PPGEDU/UFRGS. Registros Profissionais: CRA-RS Nº RS-055130/O. CAU-RS Nº A87479-5. CFEP Nº 23.008.098. CREA-RS Nº 220115875-4.
professoragicelesantos@gmail.com | gicele.santos@ufrgs.br | <https://orcid.org/0009-0001-8624-1600>

Resumo

O Estudo tem por finalidade discutir e compreender as práticas educativas significativas, em especial dedicada a Educação Ambiental (EA) na Educação Infantil (EI). As práticas educativas significativas são aquelas que ajudam os alunos a compreender e aplicar o conhecimento de forma relevante e dinâmica. Elas promovem a participação dos estudantes e a integração de novos conhecimentos, com os já existentes. O Estudo tem por objetivo geral consiste em apresentar reflexões sobre a importância da EA na EI, visto que a agressão ao meio ambiente aumenta a cada dia causando grandes danos à natureza e são decorrentes, principalmente pela ação inadequada do homem, que vem contribuindo para a degradação do meio ambiente com o consumismo desenfreado e uma grande falta de consciência, com a atual e para com as futuras gerações. Os objetivos definidos darão condições de responder à questão objeto do estudo: A introdução, dita precoce, de conteúdos e práticas pedagógicas dedicadas a Educação Ambiental, na Educação Infantil, provoca mudanças de comportamentos da criança? Tendo como método uma pesquisa de objetivo exploratório e descritivo através de um procedimento bibliográfico de autores e publicações que dão ênfase à temática. As buscas bibliográficas foram realizadas no período entre abril e julho de 2024, junto aos diretórios acadêmicos nas bases *Web of Science*, *do Institute for Scientific Information (ISI)*, *SciELO* e *Google Scholar*, tendo como corte temporal o período de 2000 a 2024. Os textos, em que o enfoque não se alinhava aos descritores e ao contexto da pesquisa foram desconsiderados. Conclui-se que é possível uma mudança de hábitos através de um trabalho contextualizado e significativo, portanto, cabe à Escola a busca pelos melhores métodos de ensino a fim de incentivar os alunos a um pensamento crítico, reflexivo e sensível quanto às questões ambientais.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Educação Infantil. Práticas Educacionais Significativas. Meio Ambiente.

Introdução

*“É fundamental diminuir a distância entre o que se diz e o que se faz,
de tal forma que, num dado momento, a tua fala seja a tua prática”.*
Paulo Freire

De acordo com Guisso e Baiôco (2016), a Educação acontece durante toda vida do indivíduo desenvolvendo-se de forma contínua e dinâmica a fim de que sejam estimuladas competências que levem à reflexão e atitudes com o intuito de sensibilizar as pessoas ultrapassando a visão

antropocêntrica – em que o homem é visto como centro de tudo – onde a importância maior era dada ao homem e seus interesses e a natureza era vista como fonte inesgotável de recursos a serem extraídos.

Na concepção de Carvalho (2007), a Educação Ambiental (EA) é vista como agente difusor dos conhecimentos sobre o meio ambiente e gerador de mudança dos hábitos compatíveis com a preservação, voltados principalmente para a educação popular como forma de sensibilização tanto dos alunos como dos pais sobre a importância de cuidar do meio ambiente.

De acordo com a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), Lei Nº 9.795/1999, Artigo 1º (Brasil, 1999):

Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (Brasil, 1999, Artigo 1º).

Nesse sentido, como expõem Guisso e Baiôco (2016), o papel do Educador é de suma importância, pois é este o agente capaz de proporcionar, aos seus educandos, mudanças de comportamento, práticas voltadas para a preservação e reutilização, além de estratégias e didáticas interdisciplinares que promovam um desenvolvimento integral e em equipe, criando métodos para o exercício prático da cidadania, sintetizando as dimensões do processo socioambiental.

A Educação Infantil (EI) constitui a primeira etapa da Educação Básica e tem como principal objetivo formar os indivíduos em sua integralidade. Desse modo, defende-se que a EA é parte dessa caminhada e pode contribuir categoricamente para essa formação. O início do desenvolvimento da EA desde a Educação Infantil (EI) estimula a criança a aprender sobre a natureza, a ter curiosidade sobre o meio natural, além de propiciar experiências que levará por toda sua vida.

Entende-se que a EA, para além do contato com a natureza, busca a interdisciplinaridade, integrando, assim, as emoções, o respeito com os indivíduos, a colaboração, o sentimento de pertencimento, entre outros aspectos essenciais para a formação dos indivíduos, bem como a construção de caráter, do senso de solidariedade e de justiça, compreendido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) (Brasil, 2010), documento de referência da EI que traz aspectos essenciais que devem ser trabalhados nesse nível de ensino. Sob o ponto de vista de Tristão (2002): “[...] deve-se ampliar a função da escola, onde ainda

existe a cultura, na maior parte do tempo, de simples transmissão de conhecimento e passe a tornar-se um estabelecimento de ensino como foco em uma comunicação crítica, criadora de um sistema imaginativo e transformador da cultura e do ser humano”. Para o desenvolvimento do problema de pesquisa, utilizou-se um processo metodológico que contempla a realização de uma pesquisa de objetivo exploratório, pois abrange uma área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado (Vergara, 2009); e descritivo, por apresentar uma revisão estruturada da coleta de dados na literatura (Gil, 2010), através do preconizado por um procedimento bibliográfico das publicações do portfólio bibliográfico analisado, em livros e artigos de autores voltados para a Educação Ambiental na Educação Infantil, além de publicações em periódicos e diretórios acadêmicos, coletados na base *Web of Science*, do *Institute for Scientific Information (ISI)*, disponível no Portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) (Brasil, 1951), órgão do Governo Federal do Brasil, ligado ao Ministério da Educação, escolhida por ser multidisciplinar, indexar somente os periódicos mais citados em cada área; *SciELO* - Biblioteca Eletrônica Científica Online e *Google Scholar* - Plataforma de Pesquisa Online, considerando como corte temporal o período de 2000 a 2024.

Com esse nivelamento, é possível a extração de uma visão crítica, dos aspectos norteadores, com o intuito de promover um maior conhecimento na área de estudo, através de bibliografias de autores que dão ênfase à questão e nas suas contribuições. As buscas bibliográficas foram realizadas no período entre abril e julho de 2024. A questão que orientou a busca pelos materiais de pesquisa apresenta-se: A introdução, dita precoce, de conteúdos e práticas pedagógicas dedicadas a Educação Ambiental, na Educação Infantil, provoca mudanças de comportamentos da criança? Os descritores foram definidos de forma a representar plenamente a temática abordada e desenvolvida no estudo. São eles: Educação Ambiental; Educação Infantil; Práticas Educacionais Significativas; Meio Ambiente.

Os textos em que o enfoque não se alinhava ao contexto da pesquisa foram desconsiderados.

Na concepção de Gil (2010):

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas (Gil, 2010, p. 44).

Como expõe Moran *et al.* (2010, p. 69), que afirmam a análise bibliométrica importante: “[...]”

avanço do conhecimento sobre o tema pesquisado, [...] o que o torna um importante aliado no desenvolvimento de novas ideias, conceitos e perspectivas de abordagens [...]”. Para Triviños (2008, p. 110): “[...] o estudo descritivo pretende descrever com exatidão os fatos e fenômenos de determinada realidade”, de modo que o estudo descritivo é utilizado quando a intenção do pesquisador é conhecer determinada comunidade, suas características, valores e problemas relacionados à cultura.

O Estudo tem como objetivo geral apresentar reflexões sobre a importância da Educação Ambiental na Educação Infantil, visto que a agressão ao meio ambiente aumenta a cada dia causando grandes danos à natureza e são decorrentes, principalmente da ação inadequada do homem, que vem contribuindo para a degradação do meio ambiente com o consumismo desenfreado, o egoísmo, a ganância e a falta de consciência. Concluindo a leitura dos materiais pesquisados, e relacionando-os com o objetivo de pesquisa, realizou-se a explanação do assunto.

Desenvolvimento

O Contexto da Educação Ambiental

Ao longo dos séculos, a necessidade de consumir para sobreviver cedeu lugar a novas e complexas necessidades de cunho social e emocional para responder ao desejo do indivíduo de mostrar-se aos outros e cancelar seu pertencimento a um grupo ou classe social.

Na concepção de Sousa e Souza (2014), as Escolas têm um papel imprescindível no ensino/aprendizagem da educação ambiental tanto na EI (início da vida escolar das crianças) como em todas as outras etapas escolares. Desde os primeiros anos escolares são apresentados à criança os direitos e deveres de todo cidadão, mas o que muitas vezes é deixado de lado é como fazê-las cumprir. E sem dúvida, a preservação do meio ambiente é um dever de cada um, pois preservá-lo é preservar o futuro, e quanto mais cedo o tema for abordado com as crianças, maiores as chances de despertar a consciência pela preservação. A Educação para uma vida sustentável deve ter início na creche, com os bebês e o Educador deve relacionar o assunto à realidade, para que haja sentido entre o que está sendo explorado, com o aluno e sua realidade e assim, ser colocado em prática a fim de uma aprendizagem de uma forma significativa e reflexiva.

Nesse contexto, Guimarães (2004), defende que a maior parte dos Professores está sensibilizada contra a degradação da natureza, e se mobiliza, com empenho sincero, para

enfrentar essa questão, mas as práticas resultantes geralmente são pouco eficazes para mudar, de forma significativa, a realidade mais imediata com a qual estão lidando e, reciprocamente, com uma realidade mais ampla. Diversos modelos de EA, conhecidos como convencionais, buscam educar ambientalmente para a mudança de conhecimentos; valores; hábitos; comportamentos, atitudes, dentre outros.

Na concepção de Fabbrini (2006), esses modelos acabam não assumindo a natureza estrutural da crise ambiental, ou seja, não entendem a problemática ambiental como um desajuste do funcionamento das sociedades contemporâneas e acabam confinados pelos limites que impõem a mesma lógica do sistema no qual estão inseridos.

Convém ressaltar, que na EI, as crianças estão em constante processo de desenvolvimento, e é nesta fase, que os educadores podem e devem intervir de maneira eficaz permitindo que as crianças passem a serem sujeitos mais reflexivos e críticos, com relação aos temas ambientais.

Sob o ponto de vista de Sousa e Souza (2014), é desafiador pensar em conscientizar crianças tão pequenas para tratar tais temas visto que não existe, até então, um modelo didático explícito que guie a intervenção dos Professores e que tenha como objetivo dar coerência à prática e estimular uma reflexão crítica e profunda sobre a racionalidade dominante. Percebendo, a possibilidade de trabalhar a temática da rotina diária da Escola, em momentos de pátio e, até mesmo, quando da inclusão de materiais, seguido de recreações e ludicidade. Esse pode ser um primeiro passo considerável, para a faixa etária da primeira infância.

A transversalidade é o caminho, dentre todos os autores visitados. Como expõem Rodrigues (2015), não há como pensar Educação, muito menos em EA, sem que seja transversal, multidisciplinar e libertadora. Não virá dos que promovem os danos ambientais a mudança. Não virão dos poluidores as soluções ambientais e, nem se há de esperar que deste grupo surjam propostas plausíveis de reforma educacional, pois, a Educação conservadora é um dos pilares do sistema cruel que mantém o indivíduo/cidadão à margem do processo civilizatório, de uma metodologia transdisciplinar, provocando a total interação entre as áreas. A autora firma que, para que haja eficácia neste processo de aprendizado e construção de cidadania, envolvendo uma nova concepção de Educação para atingir uma consciência socioambiental de sustentabilidade, é imprescindível que seja permanente. Educar para consciência ambiental, principalmente se voltada à sustentabilidade é um processo de conscientização, de Educação Política e despida de neutralidade.

A autora vai além, quando afirma que da Educação clássica não poderá emergir uma EA

eficaz. Terá que ser nova, com outras bases e comprometimento. Fica clara a imprescindibilidade em construir um novo pensamento político resultante da participação dos sujeitos envolvidos de forma direta, o que exige responsabilidades individuais e coletivas. A Sustentabilidade passou então a ser entendida como peça chave para a EA crítica, realmente transformadora e emancipatória.

Percebe-se, também a necessidade de um maior investimento na Formação de Educadores Ambientais através da inclusão da EA como uma área de formação em todos os cursos de graduação e profissionalizantes. Promovendo a integração e a troca de experiência dos que já atuam na área com o objetivo de reduzir as disputas que existem entre as diversas formações desses profissionais e estimular o intercâmbio de ideias entre esses setores e, assim, tentar superar as visões parciais dentro da EA. Sob o ponto de vista de Campos e Carvalho (2015) confirma-se, no plano de ação da Coordenação de Educação Ambiental do MEC, de 1996, que prevê ser importante para as Instituições de Ensino, não somente a abordagem destes conteúdos, mas como a capacitação de Docentes para que as ações sejam consistentes e sistemáticas, ressaltando que a medida deve acontecer em todo o país e garantindo a incorporação em todas as modalidades de ensino.

Educação Ambiental na Educação Infantil, um Diálogo Possível.

Os autores Roos e Becker (2012), entendem que a EA é um processo que deve ser definido em longo prazo, pois para alcançá-la o sujeito necessita evoluir intelectualmente para refletir num contexto mais amplo, tal como seu papel de agente transformador de práticas em sua vida diária e profissional que impactam negativamente sobre o meio ambiente. Concorde-se que o Ensino Superior não é o melhor momento para a inserção de uma abordagem educacional em educação ambiental, e que a educação infantil certamente é o melhor caminho, por ser a fase inicial da educação, por ser o momento em que a criança está na fase de descobertas do mundo que a cerca.

Convém ressaltar, que na EI, as crianças estão em constante processo de desenvolvimento, e é nessa fase, que os Educadores podem e devem intervir de maneira eficaz permitindo que as crianças construam-se como sujeitos mais reflexivos e críticos, em relação aos temas ambientais. Entre outras conquistas, as crianças estão geneticamente capacitadas, na primeira infância, para aprender a caminhar e a falar, e com o domínio dessas habilidades permite que ela apreenda e transforme o universo físico e simbólico que a cerca.

A infância é uma fase muito importante para o ser humano, onde a criança tem muitas dúvidas, porém sua capacidade de assimilação e aprendizagem é muito grande para a compreensão do mundo e as transformações que ocorrerão ao longo da sua vida. Ainda, na infância está implícita a manipulação do mundo externo pela criança onde há separação entre o “conhecedor” e o “conhecido”. Dessa forma, Tristão (2005) registra ser inquestionável a importância de se desenvolver conceitos de Educação Ambiental com atividades lúdicas na Educação Infantil, uma vez que a sociedade brasileira ainda não resolveu os problemas ambientais mais elementares, tais como separação adequada do lixo, poluição de solos e água, desmatamentos, dentre outros.

O papel da Escola é construir sujeitos com uma postura crítica com conteúdos relacionados à realidade para o desenvolvimento da conscientização, com suas preocupações mundiais e locais. Portanto, o tema ambiental é uma questão que deveria estar sempre presente no discurso educacional para que os alunos possam realmente pensar sobre assuntos presentes em sua realidade e refletir sobre as soluções dos problemas que interferem no bem-estar de sua comunidade.

Nota-se que os alunos precisam desde o princípio da sua vida escolar, estar em contato com conceitos que fazem parte da discussão ambiental para que possam compreender a complexidade de certos termos e desta forma entender a relação política das questões ambientais. Na concepção de Dewey (2023), a promoção da EA nas Escolas tem como objetivo conscientizar as crianças, mas, além disso, também é preciso que os educadores criem situações de aprendizagem que envolva a comunidade escolar no sentido de pensarem propostas de intervenção na realidade, pois sem um trabalho coletivo e bem direcionado, as ações poderiam se perder ao longo do processo ensino aprendizagem.

O "Programa Parâmetros em Ação – Meio Ambiente na Escola", do Ministério da Educação (MEC) (Brasil, 2001), visa integrar a EA no currículo escolar, incentivando uma abordagem interdisciplinar e o desenvolvimento de projetos e atividades que promovam a conscientização e o respeito pelo meio ambiente.

O Programa afirma a importância da Escola, quando expõe:

A escola desempenha um papel fundamental na garantia de um futuro sustentável para todos, na medida em que tem o poder de, ao educar os alunos, formar os cidadãos. Por isso, na história da Educação Ambiental, a escola sempre foi considerada uma instituição privilegiada para a formação de cidadãos sensíveis e responsáveis em relação à questão ambiental (Brasil, 2001, p.19).

No caso da EI, a melhor maneira de tratar tais conceitos é através da interação entre os sujeitos

e seu meio, pois quanto maior o contato a criança com a natureza, melhor será sua compreensão e desejo em preservá-la, não adianta o professor dizer para o aluno que nas matas existem diversos animais silvestres que estão sendo extintos por causa dos desmatamentos, queimadas, crescimento das cidades e a criança não ver, não vivenciar. É comum, crianças que moram nas cidades e passam a maior parte do tempo em apartamentos e nunca tocaram em um animalzinho, nem de estimação, nunca tomaram banho no rio, ou participaram do plantio de alguma planta. De acordo com Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) (Brasil, 1998), a criança:

[...] se constitui em um conjunto de fenômenos naturais e sociais indissociáveis diante do qual elas se mostram curiosas e investigativas. Desde muito pequenas, pela interação com o meio natural e social no qual vivem, as crianças aprendem sobre o mundo, fazendo perguntas e procurando respostas às suas indagações e questões. Como integrantes de grupos socioculturais singulares, vivenciam experiências e interagem num contexto de conceitos, valores, ideias, objetos e representações sobre os mais diversos temas a que têm acesso na vida cotidiana, construindo um conjunto de conhecimentos sobre o mundo que as cerca (Brasil, 1998, v. 3, p. 163).

É importante o Educador promover momentos em que a criança possa vivenciar algumas dessas atitudes, que talvez, a criança nunca venha a viver. Na concepção de Tristão (2005), algumas ações como: horta na escola; passeios em trilhas ecológicas; visita em museus ou projetos de conservação ambiental são algumas possibilidades de caminhos. Melhor do que folhear livros com desenhos e figuras de paisagens e animais, esse tipo de metodologia leva a criança a vivenciar efetivamente práticas com o meio ambiente, de forma lúdica e prazerosa conforme sugere.

No caso de hortas, como uma metodologia ampla, dinâmica e que perpassa muito além o ato do cultivo, em si, Marvila (2019), defende que com a construção de uma horta escolar é possível estimular os alunos a adquirirem hábitos saudáveis, pois ao cultivar, cuidar e colher será possível ampliar seu conhecimento de diferentes tipos de alimento e ao ver o crescimento das hortaliças eles têm a oportunidade de provar o fruto de seu trabalho e com isso aceitação desses alimentos já que muitas crianças e adolescente os rejeita.

É necessário que os/as Professores(as) se fortaleçam como aprendizes da sustentabilidade, transcendendo a réplica de livros e teorias. Levando o pensamento para Escolas Sustentáveis desde sua estrutura até o sistema pedagógico, envolvendo todos os atores sociais dentro do ambiente escolar e, em seu entorno, o que inclui a socialização de ideias, de espaços, de material didático contextualizado e de convivência sociocultural, função relevante do ambiente escolar,

que não se restringe aos muros da Escola, mas perpassa por todo e qualquer lugar por onde a criança interaja.

Considerações

A Educação Ambiental promovida junto aos alunos/aprendizes da Educação Infantil é fundamental, para moldar futuros cidadãos proativos, conscientes e responsáveis em relação ao meio ambiente e na busca por soluções sustentáveis, preparando-os para exercer sua cidadania de forma mais consciente e responsável. A EA, quando introduzida precocemente, ajuda as crianças a desenvolverem um senso de pertencimento junto à natureza, a valorizarem a importância da preservação e a adotarem hábitos mais sustentáveis, promovendo uma conscientização e sensibilização para os problemas ambientais. Propicia, para a criança um desenvolvimento de habilidades, como a capacidade no aprendizado sobre o meio, em que se encontra, da ampliação da sua curiosidade e da criatividade.

A EA pode mudar hábitos e comportamentos, promovendo uma mudança de mentalidade em relação ao consumo, descarte de resíduos e uso de recursos naturais.

Ao conscientizar as crianças sobre a importância da natureza, a educação ambiental pode ajudar a prevenir problemas ambientais em longo prazo, como o desmatamento, a poluição e o desperdício de recursos.

A Educação Ambiental aproxima as crianças da natureza, permitindo que elas vivam experiências em contato com a fauna, flora e ecossistemas, fortalecendo o seu senso de conexão com o ambiente e deve ser abordada de forma lúdica e criativa, utilizando jogos, atividades e projetos que estimulem a curiosidade e o interesse das crianças. Pode ser integrada a diversas áreas do conhecimento, como ciências, matemática e artes, enriquecendo o processo de aprendizagem.

Os Educadores têm um papel fundamental na EA, sendo responsáveis por transmitir os conhecimentos, despertar e estimulando a participação das crianças. Torna-se urgente que recebam formação adequada em Educação Ambiental, para que possam desenvolver práticas pedagógicas eficazes e promover a conscientização ambiental junto aos seus alunos/aprendizes – agentes de uma futura transformação ambiental.

Espera-se que o Estudo apresentado, desperte interesse tanto dos Educadores como da sociedade em geral, afirmando que é possível uma mudança de comportamento partindo da abordagem crítica, qualitativa e com foco na sensibilização.

Referências Bibliográficas

BAUMAN, Z. **Vida para Consumo: a transformação das pessoas em mercadoria**. Tradução: Carlos A. Medeiros. Rio de Janeiro/RJ: Editora Jorge Zahar, 2007.

BRASIL. **Decreto Nº 29.741, de 11 de julho de 1951**. Instituiu uma Comissão para promover a CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Publicado no Diário Oficial da União - Seção 1, de 13 de julho de 1951 p. 10425 (Publicação Original). Coleção de Leis do Brasil, v. 6, p. 8, 1951. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-29741-11-julho-1951-336144-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10/05/2024

_____. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI)**. Volume 1: Introdução; Volume 2: Formação pessoal e social; Volume 3: Conhecimento de mundo. Brasília/DF: MEC/SEF, 1998. Disponível em:

https://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf. Acesso em: 10/05/2024.

_____. **Lei Nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília/DF: Presidência da República do Brasil, 1999. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm
Acesso em: 10/05/2024.

_____. **Programa Parâmetros em Ação - Meio Ambiente na Escola. Caderno de Apresentação**. Ministério da Educação e Secretaria de Educação Fundamental. Brasília/DF: MEC/SEF, 2001. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/coea/CadernoApresentacao.pdf>.
Acesso em: 10/05/2024.

CAMPOS, Marília Andrade Torales; CARVALHO, Andrea Macedônio de. Desafios Emergentes na Ação Educativo-Ambiental: uma experiência em centros de educação infantil de Curitiba-PR. **HOLOS**, Ano 31, vol. 5, p. 119-129. Natal/RGN: IFECT, 2015.

DOI: <https://doi.org/10.15628/holos.2015.1698>

Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/1698>

Acesso em: 15/06/2024.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Educação Ambiental e Movimentos Sociais: elementos para uma história política do campo ambiental. **Educação: Teoria e Prática**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 46, 2007. Disponível em:

<https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/1597>

Acesso em: 15/06/2024.

DEWEY, John. **Experiência e Educação**. [1ª Ed. 1971]. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2023. ISBN 9786557139974. Disponível em:

https://pergamum-biblioteca.pucpr.br/pesquisa_geral?q=Dewey,%20John&for=AUTOR

Acesso em: 08/06/2024.

FABBRINI, Federico. *Las barreras sociopolíticas para la práctica de una educación ambiental radical em lãs sociedades avanzadas: lo que podemos aprender de labasura*. In: **Anais do V Congresso Iberoamericano de Educação Ambiental**, 5ª Ed. Joinville/SC: CIEA, 2006.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. (1ª. Ed. 1946). 7ª. Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

GUIMARÃES, Mauro. **Formação de Educadores Ambientais**. 8ª. Ed. Campinas/SP: Editora Papirus, 2004.

GUISO L.F., BAIÔCO V.R.M. A Educação Ambiental e o Papel do Educador na Cultura da Sustentabilidade. **Revista Educação Ambiental em Ação**, n. 57, p. 2384, 2016. Disponível em: <https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/13898>
Acesso em: 18/06/2024.

MARVILA, Larissa Costa; RAGGI, Désirée Gonçalves. Projeto Horta para o Desenvolvimento da Educação Ambiental na Educação Infantil. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, nº 25 (julho), e634, 2019. DOI: <https://doi.org/10.25248/reas.e634.2019>.
Acesso em: 04/07/2024.

MORAM, Márcio Roberto; SOUZA, Fernando Ferreira de Araujo; BOAVENTURA, João Maurício Gama; MARINHO, Bernadete de Lourdes; FISCHMANN, Adalberto Américo. Alianças Estratégicas: Uma Análise Bibliométrica da Produção Científica entre 1989 e 2008. **Revista de Ciências da Administração**, v. 12, n. 27, p. 42-62, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2175-8077.2010v12n27p63>. Acesso em: 14/07/2024.

PENTEADO, Heloísa Dupas. **Meio Ambiente e a Formação de Professores**. São Paulo/SP: Editora Cortez, 2007. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001582742>
Acesso em: 16/06/2024.

RODRIGUES, Isabel Nader; LEONARDELLI, Pavlova Perizzollo. **A Influência da Densidade Populacional no Desenvolvimento Sustentável**. p. 89-116. Caxias/RS: EDUCS – Editora da Universidade de Caxias do Sul, 2014. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=6069cecf34adb1d6>
Acesso em: 02/07/2024.

RODRIGUES Luiza H. P. Fraga. A Educação Ambiental Crítica e Problematicadora – não é uma opção, é a única saída para dar eficácia ao dispositivo constitucional. In: **Revista Digital Simonsen**, n. 2, maio. Rio de Janeiro/RJ, 2015. Disponível em: http://www.simonsen.br/revista-digital/wp-content/uploads/2015/05/Revista-Simonsen_N2-Luiza%20Fraga_MeioAmbiente.pdf#:~:text=%20A%20EDUCAÇÃO%20AMBIENTAL%20CRÍTICA%20E%20PROBLEMATIZADORA,PARA%20DAR%20EFICÁCIA%20AO.%20*%20DISPOSITIVO%20CONSTITUCIONAL.
Acesso em: 12/07/2024.

ROOS, Alana; BECKER, Elsbeth Leia Spod. Educação Ambiental e Sustentabilidade. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**, [S. l.], v. 5, n. 5, p. 857–866, 2012. DOI: <https://doi.org/10.5902/223611704259>
Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reget/article/view/4259>. Acesso em: 10/07/2024.

SOUSA, Bruna Silva de; SOUZA, Edison Antônio de. A Importância da Educação Ambiental na Proposta Pedagógica da Educação Infantil: um estudo na Creche Palmeiras em Sinop. **Revista Eventos Pedagógicos**, v. 5, n. 2 (11ª. Ed.), número regular, p. 64 - 73, jun./jul., 2014. Disponível em:

<https://acrobat.adobe.com/id/urn:aaid:sc:VA6C2:882f3533-9eb1-4f07-8ba4-64027f66a49c>

Acesso em: 15/06/2024.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. Temas Ambientais como Temas Geradores: contribuições para uma metodologia educativa ambiental crítica, transformadora e emancipatória. **Revista Educar**, n. 27, p. 93-110. Curitiba/PR: Editora da UFPR, 2005.

TRISTÃO, Martha. As Dimensões e os Desafios da Educação Ambiental na sociedade do conhecimento. In: RUSCHEINSKY, Aloísio (org.). **Educação Ambiental: abordagens múltiplas**. Porto Alegre/RS: Editora Artmed, 2002.

_____. **Tecendo os Fios da Educação Ambiental: o subjetivo e o coletivo, o pensado e o vivido. Em Foco: Educação Ambiental. Revista Educação e Pesquisa**, v. 31, n. 2, agosto. Espírito Santo, Brasil: Universidade Federal do Espírito Santo, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022005000200008>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ep/a/Zysfys57j8FPRLRZVwrJY5b/?lang=pt>

Acesso em: 15/04/2024.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 11ª. Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2009.